
04. REFLEXÕES SOBRE O USO DO LIVRO DIDÁTICO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Maria Amélia de Lemos Florêncio¹

Introdução

A sociologia no Brasil consolidou seu espaço primeiramente no ensino médio e só posteriormente se fez presente no ensino superior². No entanto, mesmo diante desta configuração, o ensino da Sociologia na educação de nível médio no Brasil ainda é uma realidade nova e pouco explorada, principalmente no ambiente acadêmico. Apesar de sua constituição enquanto disciplina científica e da institucionalização de suas atividades de ensino e pesquisa datarem da década de 20, o seu ensino no Brasil é marcado por uma presença intermitente³ no campo escolar.

A configuração inicial do processo de institucionalização da sociologia e de sua constituição enquanto disciplina acadêmica identifica sua vinculação às condições sociais, culturais e das políticas vigentes, especialmente no que diz respeito ao ensino dessa disciplina no nível médio. E sua incorporação como disciplina obrigatória nos cursos de nível médio ocorrem em momentos de intensa mudança em todas as esferas da vida social e de tentativas de construção de um processo democrático no país. Entretanto, seu distanciamento das escolas ocorreu nos períodos marcados pelos regimes autoritários e ditatoriais, tais como, o Estado Novo e o regime militar pós-64. (JINKIMGS, 2004).

¹ Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais; Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Alagoas. Professora de Sociologia da Secretaria Estadual de Alagoas – SSE/AL. E-mail: ameliaflorencio@hotmail.com

² Com a proclamação da República ao final do século XIX, temos as primeiras tentativas de introdução da disciplina no ensino médio. Já “a institucionalização acadêmica da Sociologia no Brasil ocorreu em meados da década de 1930, com a criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933) e com a criação da Seção de Sociologia e Ciência Política da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (1934). As tentativas, de relacionar o ensino e a pesquisa em Sociologia, ainda que limitadas e parciais em ambas as instituições, demarcam o início da chamada etapa da Sociologia Científica, a qual viria a ter seu apogeu em fins dos anos de 1950.” (LIEDKE FILHO, E., 2005, p. 382)

³ A história da sociologia no ensino médio passou por um longo processo marcado por ausências, permanências e lutas. Assim, podemos dividir esse processo em três momentos: A institucionalização (1891-1941); O período de alijamento (1941-1981) e o período de retorno gradual (1980 a 2008). (FLORÊNCIO, 2007; RIBEIRO, 2009)

Em 08 de maio de 2008, finalmente a obrigatoriedade do ensino da sociologia no nível médio torna-se lei federal nº 11.648/2008 e estava, portanto, estabelecida a obrigatoriedade do ensino das disciplinas de sociologia e filosofia no nível médio, para todo o território brasileiro nas escolas públicas e privadas.

Não obstante, tais fatos não encerram o debate, acerca do ensino da sociologia, mas amplia, na medida em que as discussões se voltam para o papel dessa disciplina na formação dos alunos, nos objetivos que acercam, na formação e atuação dos docentes em sala de aula, na escola e na comunidade, pois segundo Bridi et al . (2009, p. 49),

Embora há muito tenha sido demarcada a importância do ensino da Sociologia e da Filosofia na formação do cidadão e no processo de reflexão sobre o pensar, somente a partir do momento em que essas disciplinas se institucionalizam como obrigatórias no ensino médio [...] torna premente a necessidade de maior clareza quanto ao que ensinar nessas disciplinas curriculares, os seus objetivos e papel delas na formação intelectual e humana dos adolescentes no atual contexto de transformações sociais.

Com efeito, a legitimação da sociologia na escola nos coloca diante de novas configurações que envolvem agora questões relacionadas ao o que ensinar e como ensinar. Portanto, a lei 11.684/2008 não favoreceu apenas as escolas, mas segundo Tavares (2014) contribuiu para o fortalecimento das licenciaturas nas universidades, ampliação das discussões sobre a presença da sociologia no ensino médio em eventos específicos das licenciaturas consolidando novos espaços para sociologia. Também, como fruto dessa dinamização obtivemos a participação no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) desde 2012. No primeiro momento a sociologia teve aprovado apenas dois livros, contudo, em sua última edição em 2015 esse número subiu para seis, o que contribui para a qualidade do ensino.

Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo discutir o uso do livro didático de sociologia na educação básica, destacando o uso deste material pedagógico como o principal orientador do trabalho do professor e do aluno na escola. A reflexão sobre o uso dos manuais didáticos ganha relevância ao levarmos em consideração que estes se constituem enquanto um instrumento de grande importância no processo de ensino aprendizagem, considerado atualmente um dos recursos mais utilizados no ambiente escolar, pois cabe a este determinar os conteúdos e condicionar as estratégias de ensino, assumindo assim, o papel de um currículo escrito. Ao mesmo tempo, os livros didáticos passam a ser um instrumento legitimador das propostas e discursos oficiais, tornando-se um mecanismo possuidor de poder no ambiente escolar.

1. Breve histórico dos manuais e/ou livros didático de sociologia no Brasil.

Foi a partir da década de 30, com a inserção da sociologia na grade curricular do ensino secundário⁴, que temos registrado a presença dos primeiros livros e/ou manuais nas escolas (Guelfi, 2001; Meucci, 2011; Tavares, 2014). De acordo com Guelfi (2001) o primeiro manual nacional destinado ao ensino da sociologia na escola, foi o de Delgado de Carvalho publicado em 1931.

Os primeiros manuais didáticos de sociologia produzidos no Brasil, datam de 1931 a 1948, como fontes originais – e enquanto fenômenos sociológicos – de produtos e produtores de formas de representação da vida social singular do período.

[...] a composição desse conjunto de livros didáticos de sociologia relaciona-se ao processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, fenômeno que resultou na introdução da cadeira de sociologia nos cursos secundários e nas escolas normais de Pernambuco (1928), Rio de Janeiro (1928) e São Paulo (1933) e na criação dos cursos de ciências sociais da Escola Livre de Sociologia e Política (1933), na Universidade de São Paulo (1933) e na Universidade do Distrito Federal (1935). (MEUCCI, 2001, p.121)

Dessa forma, o processo de institucionalização da ciência sociológica no Brasil pode ser compreendido através da produção e difusão do conhecimento da sociologia por meio dos primeiros manuais didáticos que eram usados nos cursos normais, secundários e preparatórios para o ensino superior. Pois, sua sistematização encontrava-se inserido na preocupação e interesse dos autores em difundir a nova área de conhecimento no sistema regular de ensino. (MEUCCI, 2001)

Não obstante, os investimentos nas publicações pedagógicas, a partir da década de 30 também se encontrava relacionado aos incentivos e interesses da indústria editorial, que tinha por finalidade angariar recursos no mercado, promovendo a nacionalização dos livros adotados no sistema de ensino do Brasil. Segundo Meucci (2007), a sociologia ganha espaço para as primeiras produções didáticas condicionada por um lado pela consolidação da disciplina no sistema regular de ensino e por outro pelo surgimento de um mercado editorial sobretudo voltado à reprodução de obras sobre o Brasil e ao investimento na área pedagógica.

⁴ Atualmente ensino médio

Mesmo com um quadro propício para a consolidação da sociologia como disciplina obrigatória na educação básica, tanto com o aumento das publicações de livros didáticos como a presença da disciplina nas grades curriculares do ensino secundário, tais fatos não foram suficientes para sua permanência. De acordo com Guelf (2001, p.99),

Para entender essa curta duração é preciso relembrar que, com a reforma de 1931, os alunos que ingressaram no secundário tiveram o primeiro contato com a disciplina em 1937, e aqueles que cursaram o secundário a partir de 1937 passariam pelo ensino da Sociologia em 1943 se a disciplina permanecesse nos currículos do secundário. Mas ela foi excluída em 1942 com a Reforma de Gustavo Capanema.

Assim, com a retirada da sociologia dos currículos escolares em 1942 a produção dos livros didáticos sofre um impacto negativo. E as poucas obras editadas tiveram seus conteúdos readaptados para o ensino superior. Durante esse período, tivemos apenas as reimpressões das obras publicadas na década de 30, que segundo Tavares (2014) conquistaram leitores e permaneceram circulando nas Escolas Normais até a década de 70.

Foi só com o processo de redemocratização no Brasil e com o movimento de retorno da sociologia a educação básica que em 1980 um conjunto de obras começa a ser pensando para essa modalidade de ensino.

Com o ingresso da sociologia como componente curricular obrigatório no ensino médio em 2008, abrisse um novo leque de possibilidades para esta disciplina. Mas, é apenas em 2012 que passará a integrar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e pela primeira foram avaliados e distribuídos livros didáticos de sociologia pensados para essa modalidade de ensino. Nesse contexto, Meucci (2014), nos chama a refletir sobre a importância do PNLD e da participação inédita da sociologia, pois nos coloca diante de uma produção livros em todo o país no período de 2009 a 2010, ou seja, no período que marca a reintrodução da sociologia no ensino médio.

A inserção da sociologia no PNLD 2012 vem para contribuir com o processo de legitimação da disciplina e com a produção didática voltada a atender e suprir as exigências referentes ao ensino médio. Segundo Meucci (2013), o acesso ao pensamento social brasileiro não é algo exclusivo da sociologia, outras disciplinas como história, geografia e literatura também são importantes veículos de rotinização do pensamento social e sociológico. Contudo, a recente institucionalização da sociologia no nível médio e a atual produção didática, incentivada sobretudo pelo PNLD, nos

coloca diante de um novo momento no qual se faz necessário investigar e compreender as condições atuais de circulação deste conhecimento.

[...] acreditamos que a obrigatoriedade do ensino da sociologia após mais de 60 anos ausente do curso médio regular e sua consequente introdução no PNLD-2012 obrigou a renovação do escasso repertório de livros didáticos na área. Estamos, portanto, diante de um acervo de obras que, ainda que reduzido, tem muito a dizer sobre as condições e possibilidades, sentidos e expectativas novas da sociologia escolar no Brasil e suas conexões com a produção científica (MEUCCI, 2013, p. 6).

No entanto, “O avanço da consolidação de nossa disciplina como componente curricular em todas as escolas de ensino médio no Brasil se traduziu nesta segunda edição do PNLD 2015 na aprovação de seis livros didáticos de Sociologia.” (BRASIL, 2014 p.07). Tal fato, pode ser considerado um grande avanço tanto no que diz respeito a quantidade de livros disponibilizados para análise e como na “diversidade maior de títulos com abordagens de temas pouco – ou não – contemplados nas obras apresentadas no PNLD 2012”. (TAVARES, 2014, p. 07). Ampliando, assim, o debate referente a necessidade de se reconstruir conteúdos, temas, linguagens, metodologias e objetos de estudos das ciências sociais que sejam capazes de contribuir com a formação do jovem aluno do ensino médio.

Assim, o material didático, não só para a sociologia, mas para as diferentes disciplinas encontra-se como um dos recursos mais utilizados no ambiente escolar, pois cabe a este determinar os conteúdos e condicionar as estratégias de ensino, assumindo assim, o papel de um currículo escrito. Ao mesmo tempo, que passa a ser um instrumento legitimador das propostas e discursos oficiais, tornando-se um mecanismo possuidor de poder no ambiente escolar.

Os livros didáticos muito têm a nos revelar a respeito da sociologia de hoje, e parte disso se dá justamente pelo que eles não dizem, ou seja, pelo que é pressuposto em seus textos. Daí a relevância de investigar esse recurso no ambiente escolar.

2. A importância do uso do livro didático de sociologia na educação básica.

O livro didático apresenta um significado importante no processo de compreensão dos sentidos que a sociologia ganha no Brasil, mas especificamente na educação básica. Possui características peculiares e funções vastas, principalmente no que diz respeito ao processo de reintegração da sociologia ao ambiente escolar. Assim,

destinado num primeiro momento aos estudantes, o livro didático também adquire importância fundamental para os professores, que passam a utilizá-lo como um importante instrumento de mediação no processo de ensino aprendizagem.

No entanto, compreendemos que o livro didático não se constitui como um instrumento neutro, pois é produto de uma visão de mundo, do indivíduo, da educação e da escola, por isso segundo Lima (2012, p.144),

Ao tomarmos o livro didático como instrumento de mediação pedagógica, entre a produção de conhecimentos escolares, atuação dos professores, e as vivências dos educandos enquanto sujeitos sociais, é imprescindível que se buque compreendê-lo mais amplamente, como objeto historicamente situado.

Dessa forma, devem ser entendidos enquanto uma construção sócio histórica, formado a partir de intenções, realidades e decisões oriundas de diferentes indivíduos e contextos. Assim, ao compreender os livros didáticos, a partir de uma perspectiva sócio histórica, podem contribuir na compreensão da produção desses materiais, no estudo dos elementos implícitos e explícitos, que caracterizam, orientam e determinam as finalidades do mesmo, ao esclarecer como acontece a apropriação e a recontextualização dos diversos textos participantes desse processo de construção. (COAN, 2006)

Refletir sobre a importância e o papel desempenhado pelo livro didático no campo educacional, torna-se imprescindível, pois segundo Lajolo (1996) o mesmo pode ser caracterizado como aquele que será utilizado em sala de aula, de aprendizado coletivo e orientado por um professor. E que possivelmente, foi escrito, editado, vendido e comprado em função da escola, assim, pode ser entendido e considerado como um currículo escrito que direciona as práticas curriculares, a partir de sua capacidade de orientar o professor frente as leituras direcionadas ao contexto de sua prática. (LOPES, 2007). Dessa forma,

São reveladores do modo como uma disciplina especializada é tornada visível para o público amplo. É a isso que damos o nome de ‘rotinização’ de uma área de conhecimento. Em outras palavras, os livros didáticos são fonte de análise que permitem reconhecer condições de circulação ampliada de um determinado campo de conhecimento, os agentes protagonistas desta tarefa e principalmente a natureza dos processos de seleção e ‘canonização’ de certos conteúdos, autores, temas, teorias e abordagens. Nesse sentido, ao contrário do que comumente se pensa, a função escolar do livro didático faz dele um bem cultural bastante complexo, um ‘lugar’ privilegiado para compreender mecanismos e estratégias de produção e circulação do conhecimento na sociedade (MEUCCI, 2013, p. 6).

Portanto, os livros didáticos devem ser entendidos enquanto veículos, onde através de seus textos se expressam importantes aspectos do processo de circulação de um campo de conhecimento no ambiente escolar. Dessa forma, segundo Silva e Souza (2013), a escolha do livro didático de sociologia não deve ser feita forma aleatória, pois, se faz necessário uma análise aprofundada sobre seus conteúdos e metodologias, ao mesmo tempo que, deve-se observar se as propostas neles contidas atendem aos objetivos que se pretende ao utiliza-lo. Cabe ao professor reconhecer o papel que sua disciplina deve desempenhar na escola e/ou na sociedade, uma vez que, o livro didático assume o papel de um instrumento que une e dá legitimidade aos discursos oficiais e ao mesmo tempo que funciona como um mecanismo possuidor de poder no espaço escolar.

Assim, o livro didático ganha importância na atividade prática pedagógica por tornasse um suporte teórico e prático para o aluno, e que passa a ser percebido de diferentes formas pelo professor, onde este o utilizará de acordo com sua estratégia de ensino, “havendo aqueles que o utilizam como único recurso, aqueles que os completam com outros materiais, outros que só utilizam como material auxiliar para que o aluno estude em casa, havendo até professores que não o utilizam” (TAKAGI, 2007).

Contudo, segundo Meucci (2014), neste aspecto encontramos algumas ideias contraditórias no que se refere aos usos dos livros didáticos no Brasil, onde por um lado o livro não se configura apenas como um recurso didático, mas como única obra de referência para alunos e professores, demonstrando assim, a deficiência da formação profissional e as dificuldades de acesso ao livro em geral. Por outro lado, os livros se tornam bens ignorados por alunos e professores que deixam de considerá-lo enquanto um recurso didático importante para o processo de ensino aprendizagem.

Diante do exposto, compreendemos, também, que o livro didático atualmente encontrasse inserido num contexto muito mais amplo do que apenas o de sua utilização ou não, pois acreditamos na necessidade de estudar os usos e não usos no contexto das práticas docentes. Por considerarmos, segundo Coelho (2009) que as práticas docentes são conformadas por saberes e fazeres que ocorrem no âmbito da cultura escolar⁵ e na sua relação com contextos mais amplos a ela relacionados nos diferentes momentos históricos.

⁵ “Conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização)”. (JULIA apud COELHO, 2009, p. 77).

Neste sentido, os estudos acerca dos saberes docentes, também, se tornam pertinentes para compreender a importância do uso do livro didático, tendo em vista que, estes são realizados na maioria das vezes mediante um controle advindo das instituições de poder, aqui especificamente compreendido, como da sociedade, do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD, da escola, dos autores/editores do livro e a autonomia, a transgressão e astúcia que os fazeres do cotidiano, característico do trabalho docente exigem ou, ainda, a liberdade e a inventabilidade que o próprio leitor impõe (COELHO, 2009).

Por isso, atualmente o professor não pode ser pensado simplesmente como um transmissor de conhecimentos, que exerce sua prática pedagógica de modo repetitivo, traduzindo conhecimentos específicos e fragmentados, a partir do discurso científico das ciências. Ao contrário, deve concebê-lo como produtor de saberes, visto que, os saberes advindos de sua experiência devem ser considerados, ao analisar a sua competência profissional. Tal pressuposto, segundo Tardif (2013), caracteriza o saber docente como múltiplo e pluriorientado por diversos saberes, originados dos saberes curriculares, das disciplinas, do exercício profissional e da experiência pessoal. Portanto, “[...] o trabalho docente não consiste apenas em cumprir ou executar, mas é também a atividade de pessoas que não podem trabalhar sem dar um sentido ao que fazem, é uma interação com outras pessoas: os alunos, os colegas, os pais, os dirigentes da escola, etc.” (TARDIF, LESSARD, 1991)

Assim, segundo uma abordagem que tomam o livro didático como objeto de estudo e como fonte histórica, busca-se desvelar o que se passa no universo escolar e ao seu entorno. (BITTENCOURT, 1997; FREITAG, 1989; LAJOLO, 1996). De acordo com Bittencourt (1997), a análise histórica sobre o livro didático possibilita estabelecer o processo de mudanças e permanências destes, enquanto objeto cultural fabricado como também por seu conteúdo e práticas pedagógicas. Visto que, no mundo das tecnologias educacionais, é possível pensar sua inserção, sua permanência ou possível ausência como instrumento de comunicação de saberes diante dessa nova realidade estrutural tecnológica. O que nos coloca diante do questionamento sobre o sentido e modos de utilização desses livros no sistema escolar.

Os estudos sobre os livros didáticos não devem recair apenas nos livros em si, mas ampliar a análise para que posamos compreender como este se insere no contexto

do sistema educacional e na sociedade como um todo. Por isso, reforçamos a ideia de que o livro didático é produto e resultado de diferentes tensões políticas, econômicas e culturais. E tais tensões e políticas educacionais recaem sobre o livro didático, a partir de uma série de questões, das quais podemos destacar, sua função como currículo escrito, ou seja, como configuração intermediária entre as propostas curriculares e a escola, tornando-se assim, um grande indicador de como tais propostas chega aos professores; por estar sujeito aos valores, crenças e concepções, não somente de seus autores, mas também das editoras; e consequentemente, pelo seu peso no mercado editorial. Portanto, o livro didático agrega tarefas e fins múltiplos, funcionando como base de conteúdo e referência⁶ tanto para professores como aluno, como representante do currículo de forma sistematizada, e também funciona como meio de aprendizagem e complementação de estudos. (SILVA, 2010)

O livro didático também recai sobre os interesses políticos e econômicos, segundo Bittencourt (2004, p. 71), o livro didático é um objeto de “múltiplas facetas”, ou seja, ora é visto como uma mercadoria, por isso sujeito à lógica do capitalismo, ou como um depositário dos conteúdos escolares, que sistematiza os diversos conhecimentos elencados pelas propostas curriculares. Ora visto, também, como um instrumento pedagógico, no qual se encontra uma série de técnicas de aprendizagem (exercícios, questionários, sugestões de trabalho), ou como um veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura, que transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes.

As pesquisas sobre os livros didáticos ao ampliarem seu olhar sobre esse objeto acabam por percebê-lo, também, inserido em uma dimensão de mercadoria, ao compreendê-lo em sua materialidade, isto é, em sua materialização enquanto mercadoria produzida para ser vendida e dar lucro e ao mesmo tempo como resultado dos interesses de seus produtores – editores. (MUNAKATA, 1997). O que levará a existência de um consenso entre os pesquisadores da área em identificar a transformação do livro didático em mercadoria. Um objeto de lucro para as editoras

⁶ Isso se torna evidente no que diz respeito ao ensino da sociologia, tendo em vista a inexistência de um currículo mínimo para a disciplina.

subsidiadas pela lógica de funcionamento do sistema capitalista de produção. Nesse contexto, o livro assume um valor de uso e de valor troca⁷, isto é:

A partir do momento em que a matéria se transforma em mercadoria pelas mãos do trabalhador ou como meio de produção, ela se caracteriza como valor de uso. Entretanto, quando o objeto produzido vai ao mercado para ser trocado por outro, desaparece o seu valor de uso para se transformar em uma relação de troca de produtos de quantidades diferentes ou iguais entre si, o que o torna valor de troca. (PANIAGO, 2013, p. 19)

O livro didático, visto enquanto uma mercadoria, se torna um produto bastante atrativo economicamente. Pois, através de sua “obrigatoriedade”, todos os alunos necessitam ter o seu exemplar de cada disciplina, o que se configura extremamente atraente para as editoras. Concomitantemente, o Estado, como um dos grandes compradores de livros didáticos, manipula todo o mercado através do estabelecimento de leis que diretamente o favorecem (SILVA, 2010). Assim, existe uma primazia entre o caráter mercadológico do que propriamente o pedagógico:

O ponto é que muito da discussão atual sobre o livro didático relaciona-se à sua dimensão mercadológica, como produto, relegando a segundo plano questões como as metodologias utilizadas pelos autores ou seus conteúdos. Tal fato não deixa de ser natural na sociedade capitalista. Uma mercadoria tão lucrativa e promissora como o livro didático torna-se um produto, regido pelos valores de mercado, interesses de grandes grupos financeiros e políticos. As questões pedagógicas passam a ser meros balizadores, elementos importantes para que o livro seja aprovado no PNLD e garantindo, desse modo, uma boa vendagem (SILVA, 2010, p. 71).

No Brasil segundo Meucci (2013), os livros didáticos vêm assumindo um importante lugar no mercado editorial com as elevações do faturamento, o crescimento nas vendas de unidades e o aumento dos consumidores, tornando-se um importante produto comercial e que têm se expandido de modo notável nos últimos anos. Sendo estes os responsáveis por aproximadamente 50% da comercialização e 50% do faturamento de toda indústria editorial. Vale ressaltar que,

O governo é responsável por cerca de 50% do faturamento oriundo da produção de livros didáticos, ainda que a venda de exemplares para o PNLD seja bastante superior em relação às vendas para o mercado. Parece, com efeito, que a centralidade dos didáticos para o setor editorial brasileiro está efetivamente relacionada às compras do governo para o PNLD. Ousamos até afirmar que o governo, através do PNLD, dinamiza a indústria editorial brasileira. (MEUCCI, 2013, p. 09)

⁷ “Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. [...] O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço.” (MARX, 1985, p. 46)

Neste sentido, o livro didático passa a ser compreendido como expressão ou materialização das relações sociais de produção, integrado a uma ordem capitalista. (MEKSENAS, 1995). E dentro dessa lógica, a relação entre a concepção de mercadoria e a prática editorial se traduz através de sua relação com o Estado, que possui presença marcante no processo de comercialização e distribuição do livro didático. Tornando-se o maior comprador das produções editoriais, que por meio do PNLD, ao estabelecer através dos programas oficiais, do currículo e/ou dos parâmetros e diretrizes, os indicativos de conteúdos e objetivos dos livros escolares.

Considerações Finais

Diante dos elementos dispostos, ao considerarmos o livro didático enquanto um instrumento fundamental para o processo de ensino aprendizagem, compreendemos que este torna-se um importante objeto no processo de construção do conhecimento. Um dos principais elementos a contribuir com uma reflexão crítica, ou seja, seu uso deve ser entendido como um facilitador e um incentivador, tanto da ação como da formação do professor em sala de aula, juntamente com a utilização de outros recursos didáticos na construção do conhecimento sociológico

No entanto, faz-se necessário que o professor de sociologia ao escolher e ao utilizar o livro didático, deve levar em consideração algumas questões pertinentes aos conteúdos e metodologias, não o escolher de forma aleatória, mas buscar relacionar as propostas destes aos objetivos que se pretende alcançar com sua utilização. Pois, conforme o mencionado ao longo deste artigo, a seleção dos livros didáticos encontra-se atrelada aos interesses mercantis, políticos e ideológicos.

Contudo, reconhecemos que os estudos relacionados ao uso e a importância do livro didático de sociologia ainda se encontra num campo inicial e muito ainda se tem a investigar sobre sua eficiência e/ou ineficiência no processo de ensino aprendizagem dos alunos no ensino médio.

Referências

BITTENCOURT, Circe. M. F. Livros didáticos entre textos e imagens. In: **O saber histórico em sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. “Em foco: História, produção e memória do livro didático”. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.3, set./dez. 2004.

BRASIL, **Guia de Livros didáticos 2015: PNLD: Sociologia: Ensino Médio** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

COAN, Marivan. **A Sociologia no ensino médio, o material didático e a categoria trabalho**. 2006. 356f. Dissertação (de Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

COELHO, Araci Rodrigues. **Usos do livro didático de história: entre prescrições e táticas**. 2009. 435 f. Tese (de Doutorado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2009

FLORENCIO, M. A. de L. A Sociologia no ensino médio: a trajetória histórica no Brasil e em Alagoas. In: PLANCHEREL, A. A.; OLIVEIRA, E. A. F de. **Leituras sobre Sociologia no Ensino Médio**. Maceió: EDUFAL, 2007.

FREITAG, Bárbara et al. **O livro didático em questão**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 1989.

LAJOLO, Marisa. Livro didático – Um (quase) manual de usuário. **Em Aberto**, Brasília, ano 16, n. 69, jan/mar. 1996.

LIMA, Elício Gomes. Para compreender o livro didático como objeto de pesquisa. **Educação e Fronteira On Line**, Dourados/MS, v.2, n. 4, p. 143-155, jan/abr. 2012.

MARX, Karl. **O capital**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1995.

MEKSENAS, Paulo. Contextos do livro didático e comunicação. **Perspectivas**. Florianópolis. UFSC/CED, NUP, n. 24, p. 129-143. 1995.

MEUCCI, Simone. Os primeiros manuais didáticos de Sociologia no Brasil. **Revista Estudos de Sociologia**, vol. 06, nº 10, 2001.

_____. **Institucionalização da Sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2011.

_____. Pensamento social brasileiro nos livros didáticos de Sociologia; balanço. **XVI Congresso Brasileiro de Sociologia**, Salvador (BA), 2013.

_____. Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de Sociologia. In: **Revista brasileira de Sociologia**, vol. 02, nº 03, jan/jun 2014.

MUNAKATA, Kazumi. **Produzindo livros didáticos e paradidáticos**. 1997. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

_____. O livro didático como mercadoria. **Pro-Posições**. v.23, n. 3 (69), p. 51-66, set./dez. 2012. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/pp/v23n3/o4.pdf> Acesso em: 29 de junho de 2014.

PANIAGO, Maria Lucia. **“Livro” Didático: a simplificação e a vulgarização do conhecimento**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. **A sociologia volta à escola: um estudo dos manuais de sociologia para o ensino médio no Brasil**. 2004. 142 f. Dissertação

(Mestrado em Sociologia com concentração em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, M. J. de S. & SOUZA, M. H. R. Manuais de Sociologia: uma análise comparativa entre conteúdos e metodologias para o ensino médio. **III ENESEB - Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica**, 2013, Fortaleza/CE. Anais do III ENESEB, 2013.

TAKAGI, Cassiana Tiemi Tedesco. **Ensinar Sociologia: análise de recursos do ensino na escola média**. 2007, 277f. Dissertação (Mestrado em Educação: sociologia da educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis, RJ:Vozes, 2014.

_____. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. 15 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

TARDIF, Maurice, LESSARD, Claude e LAHAYE, Louise. Os professores face ao saber - esboço de uma problemática do saber docente. **Teoria & Educação**. Porto Alegre: Panorâmica, n.4, p. 215-233, 1991.